



## FUNDEB

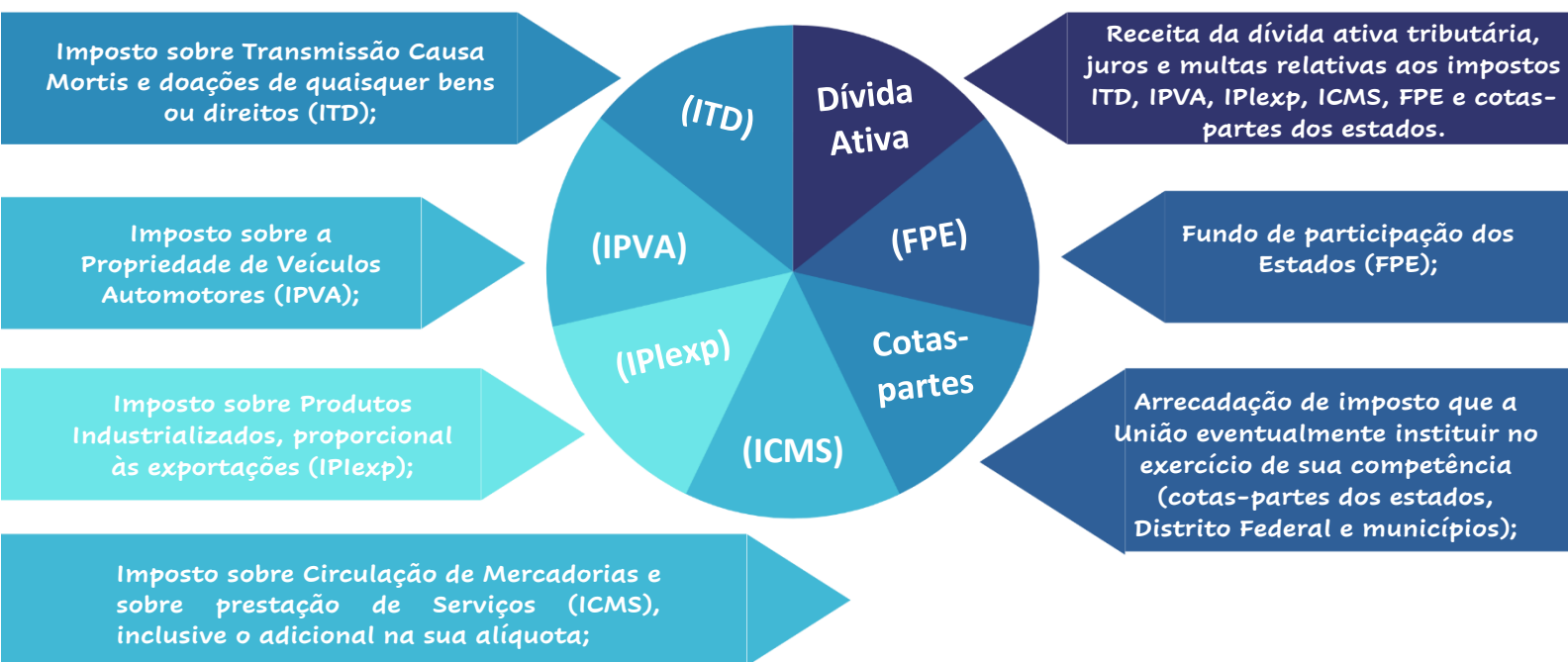
---

O **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb** foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e atualmente é regulamentado pela Lei nº 14.113/2020 e pelo Decreto nº 10.656/2021, revogando a lei 11.494/2007 e o decreto 6.253/2007, que por sua vez substituíram o Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. Trata-se de fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. **Independentemente da origem**, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

O Fundeb teve seu início em 1º de janeiro de 2007, e seu prazo de vigência era de 14 anos a partir de sua implantação, conforme estabelecido na emenda Constitucional nº53/2006. Porém, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 108/2020, foi incluído o art. 212-A na Constituição Federal que tornou o **Fundo permanente**.

## Composição e Repasses dos Recursos ao FUNDEB

Conforme o art. 3º da Lei Federal 14.113/20, o Fundo, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, é composto por **20% (vinte por cento)** das seguintes fontes de receita:



Inclui-se ainda na base de cálculo dos recursos o adicional na alíquota do ICMS. Também são consideradas fontes de recursos do Fundeb, a complementação da União por critérios definidos por Lei e os eventuais rendimentos financeiros auferidos pela aplicação dos recursos do Fundo.

Os repasses efetuados pelo Estado do Rio de Janeiro, com base em 20% das receitas listadas anteriormente, estão segregados em contas específicas que contém os valores a serem destinados ao fundo, as quais apresentaram o seguinte saldo até o mês em análise:

## Tabela 1 – Repasse de recursos

### REPASSES DE RECURSOS

Em Reais

RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	MAIO/2024
	Valores
IPVA - Principal	376.801.797
ITD - Principal	116.324.472
ICMS - Principal	2.812.363.877
ICMS-SIMPLES - Principal	85.344.962
Fundo de Participação dos Estados - FPE - Principal	282.661.572
IPI - Principal	87.255.898
Adicional ICMS - FECP - Principal	543.110.495
ICMS FOT - Principal	44.977.901
Receita da Dívida Ativa - IPVA	3.296.144
Receita da Dívida Ativa - ITD	1.378.758
Receita da Dívida Ativa - ICMS	46.893.490
Receita da Dívida Ativa - Adicional ICMS - FECP	5.611.272
Receita da Dívida Ativa - ICMS FOT	143.797
Multas e Juros - IPVA	23.839.103
Multas e Juros - ITD	2.699.453
Multas e Juros - ICMS	14.246.515
Multas e Juros - ICMS SIMPLES	2.837.848
Multas e Juros - Adicional ICMS - FECP	2.322.082
Multas e Juros - ICMS FOT	328.227
Multas e Juros da Dívida Ativa - IPVA	960.205
Multas e Juros da Dívida Ativa - ITD	444.509
Multas e Juros da Dívida Ativa - ICMS	5.583.414
Multas e Juros da Dívida Ativa - Adicional ICMS - FECP	559.954
Multas e Juros da Dívida Ativa - ICMS FOT	18.530
<b>Total Receitas Destinadas ao FUNDEB</b>	<b>4.460.004.274</b>

Fonte: SIAFERIO

### Resultado da Participação do Estado no FUNDEB

A contribuição do Estado e dos Municípios ao Fundeb é direcionada para uma conta única estadual e o montante auferido é redistribuído para cada ente, em função do **coeficiente de participação** de cada um, calculado com base no **número de matrículas dos alunos** da educação básica.



Quanto mais  
**alunos matriculados,**  
mais o município  
recebe para  
**educação básica.**

## Coeficiente de Participação:

Índice calculado com base no número de **alunos matriculados** na educação básica pública, de acordo com dados do último **Censo Escolar**, sendo computados os alunos matriculados no **ensino fundamental e médio** (inclusive EJA).

Este coeficiente de participação, bem como o número de alunos matriculados, e a estimativa das receitas anuais do Fundeb, para o exercício de 2024, foram divulgados através da Portaria Interministerial nº 6, de 28 de dezembro de 2023, disponíveis no site do FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)).

A tabela seguinte demonstra a perda líquida do Estado com a participação no Fundeb:

**Tabela 2- Resultado do Estado – FUNDERB/RJ**

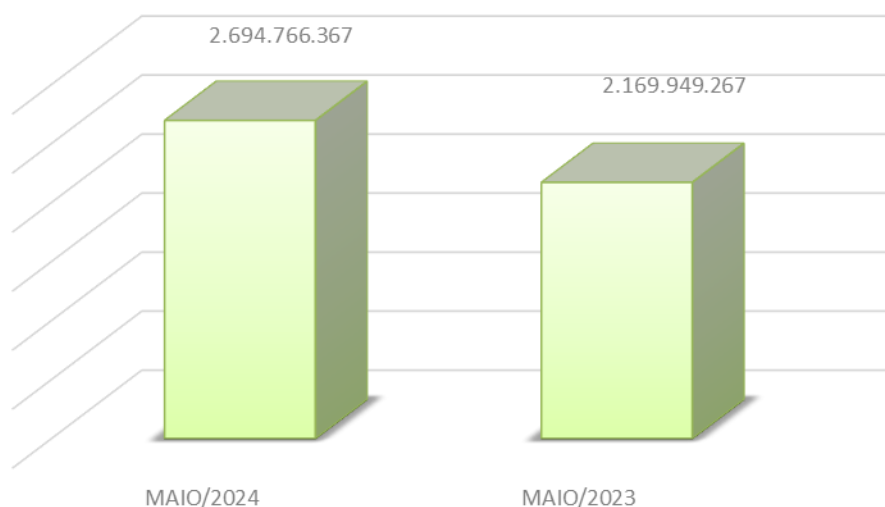
RESULTADO DO ESTADO - FUNDEB/RJ		
	Em Reais	
DESCRIÇÃO	MAIO/2024	PART. %
Contribuição do Estado	4.460.004.274	100,00%
Participação do Estado	1.765.237.907	39,58%
<b>Perda Líquida do Estado</b>	<b>2.694.766.367</b>	<b>60,42%</b>

Fonte: SIAFERIO

O resultado apresentado na tabela 2 representa a diferença entre a parcela das transferências para o FUNDEB (**Contribuições do Estado**) e o valor efetivamente recebido do FUNDEB (**Participação do Estado**). Essa diferença é consequência da distribuição dos recursos na proporção do número de alunos matriculados, anualmente, nas escolas estaduais. Normalmente, o Estado recebe menos recursos do que contribui para a formação do FUNDEB (**Perda Líquida**).

Representação gráfica da perda líquida do Estado do Rio de Janeiro em comparação com o mesmo período do ano anterior:

**Gráfico 1 – Perda do FUNDEB**



### **Utilização dos Recursos do FUNDEB**

Os recursos do FUNDEB devem ser utilizados em ações consideradas como de **manutenção e desenvolvimento do ensino** para a educação básica pública, indistintamente entre níveis e modalidades, e devem ser totalmente utilizados durante o exercício em que forem creditados, porém conforme estabelecido no art. 25, § 3º da Lei 14.113/2020, até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 2º do art. 16 da citada Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

A seguir demonstramos a composição das despesas realizadas com recursos do FUNDEB segregadas por projeto/atividade, até o período em análise:

**Tabela 3 – Despesas do FUNDEB por subfunção e projeto/atividade**

DESPESAS DO FUNDEB POR SUBFUNÇÃO E PROJETO/ATIVIDADE	
PROJETO/ATIVIDADE	MAIO/2024 Liquidadas
Ensino Fundamental - Pessoal e Encargos Sociais	397.367.175
Ensino Médio - Pessoal e Encargos Sociais	1.094.616.514
Pessoal e Encargos Sociais	119.938.993
Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares	38.689.542
<b>TOTAL</b>	<b>1.650.612.223</b>

Fonte: SIAFERIO

### Remuneração de Pessoal do Magistério

O artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/2020, dispõe que no mínimo 70% dos recursos anuais totais do Fundeb devem ser destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, assim considerados os docentes e profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

Na tabela a seguir demonstramos o percentual efetivamente aplicado na remuneração desses profissionais:

**Tabela 4 - Apuração do percentual aplicado na remuneração de Pessoal do Magistério**

APURAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO	
Em Reais	
DESCRIÇÃO	MAIO/2024
Receitas Recebidas do FUNDEB (Transf. de Recursos)	1.765.237.907
Receita de Aplicação Financeira	18.009.686
Complementação da União - VAAF	113.348.075
<b>Total das Receitas do FUNDEB (I)</b>	<b>1.896.595.669</b>
Ensino Fundamental - Pessoal e Encargos Sociais	340.102.617
Ensino Médio - Pessoal e Encargos Sociais	844.395.069
Administração Geral	110.845.815
<b>Total das Despesas Consideradas com Remuneração (II)</b>	<b>1.295.343.501</b>
<b>Percentual Aplicado com Remuneração do Magistério (II ÷ I)</b>	<b>68,30%</b>

Fonte: SIAFERIO

O Percentual aplicado a  
remuneração de profissionais da  
**educação básica**  
ainda está abaixo do **mínimo**  
de  
**70%.**

(\*)A Lei 14.113/2020 conceitua remuneração, para fins de aplicação do percentual mínimo de 70%, como o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes.